

Coleção Remate de Males  
Número 5, 1985  
Páginas 95-119

ALARGANDO A HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA: ORGANIZAÇÃO, LUTAS E CONTROLE\*

*Michael M. Hall  
Paulo Sérgio Pinheiro*

Uma parte considerável da literatura sobre a história do movimento operário na América Latina pertence ao gênero tarefa partidária. Os autores avaliam se determinadas políticas são "corretas" ou mais frequentemente "incorretas" do ponto de vista de uma teoria. Há geralmente um carregado tráfico das palavras "ciência" e "científico". Os autores então estão prontos, habitualmente com uma nota de descrédito, horror ou desgosto, para constatar que a classe operária na América Latina falhou em levar a cabo a revolução proletária, portanto "traindo sua missão histórica"<sup>1</sup>. A classe operária, em tais interpretações, é em consequência classificada - ao menos tacitamente - como patológica: fraca, apática, imatura, desorganizada, sofrendo de uma aguda falsa consciência e daí por diante<sup>2</sup>.

As explicações para tais "desvios" naturalmente variam, mas uma especialmente em voga é a infeliz composição da classe, que em alguns países incluiu um alto percentual de estrangeiros nos primeiros períodos, por exemplo, ou um vasto número de migrantes rurais durante anos mais recentes. (Esses aspectos da composição da classe são também empregados para explicar o oposto, ainda que não geralmente pelo mesmo autor.) Outros estudos dão conta da natureza patológica da classe operária no nível político - líderes que traem o movimento operário, a perniciosa influência das "ideologias da pequena burguesia tais como o anarco-sindicalismo" e assim por diante. Não é preciso insistir que tais análises pressupõem um modelo cristalino do que a classe deveria ser em qualquer "estágio" histórico dado.

Por trás dessas análises, explícita ou implicitamente, há uma tendência para explicar o curso dos acontecimentos na América Latina pelo que supostamente está faltando: a ausência de uma burguesia, por um lado, capaz de expressar um projeto universal para sua hegemonia, e por outro lado a ausência de uma classe operária madura, organizada, preparada para propor seu próprio projeto político. Essa falta deixa supostamente um vácuo de poder, que é então preenchido pelo Estado. Como Marilena Chaui

---

\*Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada num simpósio sobre a história da classe operária na América Latina, organizado pelo SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL em outubro de 1983, na cidade de Nova Iorque.

observou, essa é a teoria do Estado como demiurgo: o Estado como o único agente histórico real, constituindo as classes sociais, compensando o capitalismo "atrasado" e tardio.<sup>3</sup> Uma historiografia, em suma, sem contradições e sem luta de classes, embora freqüentemente invocando a sanção de Marx.

Qualquer plausibilidade que tal historiografia possa ter, funda-se em definir muito estreitamente os objetivos de sua investigação. A classe operária é considerada basicamente separada das outras classes, e somente certos aspectos de sua prática são julgados dignos de consideração. As manifestações informais e do cotidiano das lutas dos operários, por exemplo, não têm lugar em tais interpretações, talvez porque elas representam a ação coletiva autônoma dos operários. De qualquer modo seria difícil negar que tais lutas foram decisivas para o nível e orientação da acumulação do capital, do nível de emprego, e outros temas igualmente importantes.

O objetivo deste trabalho é tentar alargar o debate especificando aqueles que nos parecem alguns dos mais importantes temas para uma interpretação mais abrangente e satisfatória. Nós então tentaremos sugerir, pelo menos em termos gerais, elementos para uma explicação da consciência específica da classe operária e da prática política que essa desenvolveu através dos tempos. Ainda é muito cedo para uma síntese; nossa intenção aqui é antes de tudo apresentar alguns resultados preliminares, hipóteses e problemas dizendo respeito a formas específicas da luta de classe que ocorreram durante as primeiras décadas do século XX. Nosso foco é o Brasil, embora tenhamos procurado incluir algum material comparativo e cremos que muitas de nossas observações têm aplicação bem além do caso brasileiro.

A tendência para explicar a história da classe operária em termos de sua composição, portanto excluindo numerosas determinações inconvenientes, continua a ocupar um papel importante na bibliografia brasileira. Entretanto, esse viés sociológico, que imediatamente reduz a prática política da classe a um ou outro aspecto de sua composição social, não é somente teoricamente indefensável, como em muitos casos empiricamente errado. Um exemplo bastante freqüente tem sido a questão da origem rural. A formulação acadêmica usual é alguma variação ou outra da teoria da "idiotia da vida rural", atribuindo às "origens rurais recentes" a suposta apatia e falta de consciência apropriada entre os operários industriais. Deixando de lado o fato incômodo de que as "origens rurais recentes" são muitas vezes usadas em outros países para explicar uma militância excepcional - não apatia - alguns problemas sérios permanecem.<sup>4</sup>

Em primeiro lugar, em muitas regiões importantes do campo no Brasil, a incidência de greves e outras formas de mobilização foi bastante alta, ao menos desde o final do século passado. Mesmo um historiador tão eminente como Boris Fausto claramente se equivoca em diversos aspectos quando fala, discutindo a Primeira República, da "passividade da massa rural, quebrada somente por explosões importantes, mas desprovidas de conteúdo político (Canudos, Contestado)".<sup>5</sup>

Apesar de todas as condições existentes para impedir as greves no campo - a repressão muito severa, dispersão, isolamento, alta rotatividade da mão de obra, um mercado de emprego com excedente de oferta, etc., os trabalhadores rurais or



Gigi Damiani, libertário italiano de grande participação do movimento anarquista brasileiro (AEL)

ganizaram greves com alguma frequência e em números significativos. As primeiras greves rurais que nós localizamos datam do final dos anos 1870<sup>6</sup>; e até mesmo o governo do Estado de São Paulo publicou referências de mais de cem greves rurais nas fazendas de café entre 1912 e 1930<sup>7</sup>. Na região de Ribeirão Preto, em 1913, entre 10.000 e 15.000 trabalhadores agrícolas entraram em greve por salários mais altos - um movimento substancial segundo qualquer padrão<sup>8</sup>. Esses movimentos não se limitaram a São Paulo. Trabalhadores rurais entraram em greve em grande número em Pernambuco em 1919, por exemplo, lutando pela jornada de 8 horas, salários mais altos, reconhecimento sindical, e fim dos castigos físicos. Segundo um observador, "a burguesia agrária, apavorada com as proporções do levante, cedeu em alguns pontos, havendo procurado aliança com o Estado. O resultado foi o fechamento dos sindicatos rurais, em plena pujança, o que foi efetivado à mão armada"<sup>9</sup>.

Para sugerir a maneira pela qual a consciência real dos trabalhadores foi escamoteada e distorcida em nome de sua suposta "apatia" ou "falsa consciência", pode-se considerar a descrição de uma greve rural, feita por um participante, que se assina "Um socialista":

*"Cabe à Fazenda Itacema, de propriedade de Francisco Schmidt, comarca de Ribeirão Preto, a glória de ter sido o berço da primeira greve levada a bom termo nas fazendas desta zona. Foi no dia 4 de maio de 1912 que se pôde efetuar a primeira reunião; seriam três horas da madrugada, ficando resolvido empregar todos os expedientes consoantes à razão do livre-pensamento, resistindo até morrer no caso da justiça falhar. Pode-se afirmar sem receio que esta greve triunfou, mais devido às medidas empregadas, do que ao medo que ela poderia infundir. O movimento desta greve não é original no mundo, mas também não obedeceu às regras até hoje seguidas no Estado de São Paulo. As setenta famílias que serviram de incentivo para doze fazendas obedeceram fielmente à alma do movimento que ao fim de oito dias assombrou toda a zona do oeste de São Paulo. Desta vez não se adotou o sistema de cabeças ou chefes porque isso seria reduzir à miséria ou à perseguição alguns dos membros mais caros dessa união. Procedeu-se por grupos de quatro a cinco famílias de acordo com a amizade desses grupos, havendo não um chefe para esse grupo, mas apenas uma família encarregada para transmitir os pensamentos do diretório secreto, que era quem resolvia todas as pendências. Seria fastidioso relatar as peripécias sucedidas nessa brilhante vitória que algum dia com vagar será escrita. Os motivos foram muitos, sendo o principal a miséria que contribuiu para fazer penetrar nos cérebros doentes da multidão ignorante, a razão das condições de verdadeiros escravos. Trabalha-se mais de noite do que de dia, ficando demonstrado que o silêncio e a união venceram mais que as palavras em público, ou as violências de poucos. Ao pessoal das fazendas próximas, que por ordem dos respectivos patrões foram tomar os serviços dos colonos de Itacema, foi advertido o mal que lhes faziam, sendo estas advertências por maneiras a implorar compaixão. Quando voltaram pela segunda vez, foi-lhes pedido por favor para que ficassem em sua casa para evitar o sangue entre irmãos. Pela terceira vez, dos poucos que apareceram, mostrou-se-lhes o caminho da traição, sendo por fim não só atendido como também apoiado."<sup>10</sup>*

Há, entretanto, um número de determinações "sociológicas" que parecem ser bem mais importantes do que a "origem rural". Por exemplo, seria difícil superestimar a relevância do fato de que a primeira classe operária paulista era predominantemente européia de nascimento, ou que situações parecidas prevaleceram em Buenos Aires e Montevideú. Não obstante, pode ser que o aspecto mais importante tenha pouco a ver com a nacionalidade dos imigrantes, experiências anteriores, ou culturas, e mais com sua posição no mercado de trabalho. No caso de São Paulo, mais de um milhão de imigrantes foram trazidos entre 1884 e 1914: a grande maioria foi destinada para as fazendas de café. O rápido estabelecimento - através da imigração subsidiada pelo Estado - de um exército industrial de reserva, desde os primeiros momentos da industrialização brasileira, teve algumas consequências cruciais. Essa colocou um quase fatal obstáculo para a organização operária. Como o jornalista nascido na Itália e militante anarquista Gigi Damiani dizia em 1920 (depois de ter sido expulso do país): *"os que governam o Brasil em nome das indústrias e propriedades rurais de seus sócios, têm necessidade de ter sempre no mercado de trabalho uma plethora de braços. Com essa plethora esses pretendem poder manter salários de fome, horários de prisão e destruir a organização de classe"*<sup>11</sup>

Damiani concluía alegando que a única possibilidade de melhorar a situação seria interromper a imigração. De fato, os períodos de organização efetiva e de grande atividade da classe operária na Primeira República coincidem com interrupções da imigração em larga escala: 1906-1907, 1911-1912, 1917-1919.

Os efeitos específicos do fato de o primeiro proletariado ter sido estrangeiro são difíceis de avaliar. A questão tem sido muitas vezes tratada a nível bastante intuitivo, e os lugares comuns são muito contraditórios. Os imigrantes europeus são apontados como tendo sido modelos de militância e experiência política ao mesmo tempo em que suas aspirações por uma mobilidade social ascendente são consideradas como obstáculos à formação de um forte movimento operário. No caso de São Paulo, ao menos, há pouca evidência mostrando uma experiência política prévia, e nós já argumentamos em outro trabalho que as condições específicas que os imigrantes encontraram ao chegar tiveram um significado maior na explicação de sua história que os alegados traços culturais adquiridos em suas terras de origem<sup>12</sup>.

Por outro lado, certamente em São Paulo, as divisões étnicas entre operários no começo do século colocaram sérios problemas para a organização da classe operária; além disso, tais divisões persistiram durante os anos 1930, algumas vezes sob outras formas<sup>13</sup>. O jornal *Il Pungolo*, de São Paulo, descreveu a questão em 1909: *"a grande coletividade operária é dividida e subdividida... tem a guerra latente no seu próprio seio... homens brancos, negros, amarelos... A Itália é unificada, livre e independente; mas eu seu piemontês, você toscano, vós sois sicilianos, calabreses, vênnetos, lombardos e não nos entendemos entre nós."*<sup>14</sup> A imprensa operária do período está cheia de relatos de greves perdidas e sindicatos destruídos por causa de hostilidades étnicas.

A alta rotatividade da mão de obra representou um outro importante as

pecto da prática da classe operária e talvez decorrente da sua composição. Eric Hobsbawm está certamente correto ao insistir que "o hábito da solidariedade industrial tem que ser aprendido"<sup>15</sup>, por mais dúvida que possa haver em relação a como ocorre esse processo. Cerca da metade dos italianos que vieram para São Paulo antes de 1914, deixaram o Brasil. E isso não se deveu a uma migração sazonal do tipo argentino, nem de jovens solteiros, como foi muitas vezes o caso nos Estados Unidos. A partida para muitos era a única forma de protesto disponível. Além disso, a alta rotatividade dos operários de fábrica não estava limitada aos imigrantes no início do século; pesquisa recente mostrou, por exemplo, que numa fábrica têxtil de São Paulo, entre 1936 e 1940, 43% dos operários permaneceram menos de um ano<sup>16</sup>. Não é fácil avaliar esse dado por si mesmo. Até que ponto ele representa uma forma de protesto em circunstâncias nas quais outras formas, coletivas, eram impossíveis, é difícil dizer. Nem parece óbvio que um proletariado inteiramente brasileiro de origem procederia de maneira diferente. Certamente o baixo nível de qualificação que caracterizava a maior parte da indústria de São Paulo, e a situação usual do mercado de trabalho, facilitavam demissões frequentes para os empresários. De qualquer modo, como um militante do período comentou, "o ambiente continuamente novo"<sup>17</sup> colocava sérios obstáculos para o movimento operário. Por outro lado, o contato com um grande número de operários em condições similares em São Paulo pode ter facilitado certas formas de solidariedade.

O significado político do primeiro proletariado ter sido originário do estrangeiro é também difícil de avaliar<sup>18</sup>. Enquanto os operários se tornaram sujeitos a ataques nacionalistas como imigrantes, e também eram especialmente vulneráveis a certas formas de repressão pela mesma razão, sua situação comum como estrangeiros fornecia a base para certo grau de solidariedade, enquanto as linhas étnicas e de classe aproximadamente coincidiram. De qualquer modo, a questão isolada tem pouco sentido, sem referência às políticas do Estado e da burguesia. Por exemplo, em termos gerais se poderia argumentar que um proletariado em grande parte nascido no Exterior não excluiu estratégias políticas baseadas em participação eleitoral, como foi o caso dos Estados Unidos, embora isto tenha sido muitas vezes alegado no caso da Argentina e particularmente no Brasil.

Além dos estudos que procuram dar conta da história da classe operária em termos de sua composição, há também outras tendências que tentam eliminar a discussão das lutas concretas entre capital e trabalho. Uma corrente muito influente no Brasil reduz essa questão à história da acumulação do capital como se fosse um processo aparentemente automático e autônomo. Quando Francisco de Oliveira, por exemplo, faz derivar a legislação dos anos 1930 das necessidades de um novo "modo de acumulação", ao mesmo tempo em que formula uma estimulante hipótese para futuras pesquisas, ele também consegue eliminar qualquer questão de luta de classes<sup>19</sup>. Um problema com essas abordagens, como Castoriadis ironicamente observou, é que os operários entram na luta de classes "exatamente como se fossem atores no teatro que recitam um texto previamente dado e fazem gestos predeterminados, em que - não importa se representarem bem ou - não podem impedir a tragédia de prosseguir até seu fim inevitável"<sup>20</sup>.

O que nos propomos é o esboço de uma interpretação que, ao invés de culpar as vítimas ou privá-las da capacidade de ação autônoma, procure dar conta da história da classe operária e do movimento operário como resultado de lutas concretas. Enquanto a história da burguesia brasileira foi objeto de considerável pesquisa nos anos recentes, o foco da bibliografia continua a ser sua relação com o Estado; as lutas com os operários são geralmente tratadas fugazmente, se muito<sup>21</sup>.

Ao menos antes dos anos 1920, o movimento operário brasileiro estava longe de se ter impressionado com os empresários locais. Os socialistas de Avanti! consideravam-nos "desorganizados". "Há diferenças demais de nacionalidade, de origem, de costumes, de aspirações entre os burgueses de São Paulo para que seja possível entre eles um entendimento cordial e duradouro."<sup>22</sup>

A formação recente e a falta de consciência de classe da burguesia também provocaram o desprezo de Avanti!: "na Europa as classes dirigentes, muito mais instruídas e homogêneas que aqui, opõem ao proletariado uma resistência infinitamente mais esperta, feita de sábias concessões, espalhafatosas e inócuas. No Brasil, ao contrário, se o proletariado é desorganizado, a burguesia ainda é mais... a resistência da burguesia talvez possa ser feroz e brutal mas não tem nem pode ter aquela coordenação sábia na qual são mestres os burgueses da velha Europa... apesar das habituais violências policiais, nós acreditamos que a burguesia daqui não terá sucesso em dominar por muito tempo a classe trabalhadora porque ela não tem precisamente as qualidades essenciais para a dominação: cultura, homogeneidade, orgulho de classe"<sup>23</sup>. O jornal anarco-sindicalista, Terra Livre, concordava em que "a burguesia brasileira não está preparada na prática hábil das promessas e astúcias; tem todos os hábitos e idéias da escravatura"<sup>24</sup>.

O alto nível de violência que marcou as relações de trabalho serve como uma indicação suplementar da inabilidade da burguesia em assegurar sua hegemonia nos anos anteriores a 1917. Ainda que no Brasil não tenham ocorrido massacres de operários do mesmo tipo daqueles que ocorreram no Chile ou no México, o emprego selvagem e largamente difundido da força física impressionou os observadores da mais diversa procedência. Fanfulla, por exemplo, um jornal bastante conservador, em italiano, em São Paulo, queixava-se regularmente da polícia que "comete dia atrás dia atos de sua prepotência e abusos de todo o tipo" que, em sua barbaridade, segundo o jornal, lembravam a época da escravidão.<sup>25</sup> O ministro italiano no Brasil, depois de uma viagem a São Paulo em 1899, queixou-se da brutalidade da polícia, afirmando que ela agia tanto contra os brasileiros como contra os imigrantes. Ele exigia "a punição dos agentes culpados de fatos verdadeiramente reprováveis e não toleráveis num país civilizado"<sup>26</sup>. Em 1913, o jornal La Barricata alertava eventuais imigrantes que "em São Paulo... os policiais (uma corporação do governo formada de apaches, bandidos, assassinos, ladrões, contratados para cometer as piores violências contra a classe operária e os direitos do homem) operam cada dia razzias em todos os bairros da cidade"<sup>27</sup>.

Tais observações não eram de modo algum limitadas aos estrangeiros ou aos militantes operários. Um conservador brasileiro, José Maria dos Santos, achava que

"os hábitos de grosseria e infinita brutalidade que especialmente caracterizam (a polícia), nas suas relações com a gente pobre" se tornaram comuns no começo do século XX. Ele diz ainda que "a prisão policial, sem processo, por tempo indeterminado agravada pela aplicação de sevícias corporais, ficou sendo o meio usual de incutir boa conduta. Daquela época, mais ou menos, data o emprego do cano de borracha no espancamento de presos, recomendado de preferência a qualquer outra espécie de calabrote, pela vantagem de magoar profundamente, sem produzir estigmas evidentes. O processo de depuração dos meios proletários, pelas deportações para lugares afastados, foi admitido como normal, mesmo sem qualquer perturbação da ordem pública"<sup>28</sup>.

Os observadores enfatizaram a natureza generalizada e aleatória da violência policial, assim como o desrespeito por normas legais e a alta incidência de castigo físico brutal. "Nos cafês, nas tavernas, nos botequins, nas vendas, penetram de surpresa um, dois, ou três policiais, com ou sem uniforme, e - sem qualquer autorização legal - começam a revistar as pessoas, como se em vez de no livre Brasil, nos encontrássemos na santíssima Rússia"<sup>29</sup>. Segundo o Fanfulla, a polícia, "não tendo a habilidade nem a coragem de prender os verdadeiros ladrões, prende o primeiro pacífico cidadão que não lhe agrada e o trancaféia por muitos dias na cadeia"<sup>30</sup>. O distrito policial na rua Barão de Iguape, num bairro operário em São Paulo, se tornou especialmente notório como um lugar onde "eles espancam com mais entusiasmo, jogando as pessoas no cárcere ao menor capricho"<sup>31</sup>. Dados quantitativos diversos indicam que menos de dez por cento das pessoas presas durante o período que estamos examinando tinham sido formalmente acusadas de terem cometido um crime<sup>32</sup>.

A repressão dirigida especificamente contra o movimento operário, menos do que em direção à classe operária em geral, também atingia níveis notáveis de brutalidade. O empastelamento de sedes de sindicatos e a prisão de líderes constituía uma prática padrão. Os empresários também demitiam rotineiramente operários por organizarem sindicatos ou ingressarem neles<sup>33</sup>. A política do Estado de suprimir as organizações da classe operária assumiu um caráter mais sistemático em São Paulo em seguida às greves de 1906 e 1907 naquela cidade. A imprensa operária atribuiu essa crescente brutalidade a Washington Luís, Secretário de Justiça durante o período. Ele se tornou conhecido como o Trepov Mínim, e funcionários policiais de outros períodos foram acusados de terem seguido seus métodos de "reação sistemática contra o movimento operário"<sup>34</sup>. Embora Washington Luís aparentemente nunca tenha pronunciado a frase "a questão social é uma questão de polícia", essa observação representa uma caracterização bastante fiel da política do Estado, especialmente antes de 1917<sup>35</sup>.

O regime reprimiu greves ainda mais consistentemente do que procurou esmagar organizações da classe operária. As greves brasileiras muitas vezes se mostraram bastante violentas, embora um agente policial estrangeiro tenha observado que "é forçoso reconhecer, a ação provocadora é mais das polícias locais que dos grevistas, salvo exceções"<sup>36</sup>. Como o cônsul italiano em São Paulo definiu em 1909, a polícia era "violenta e agressiva, o que não é surpreendente quando se considera que seu chefe, e em geral pessoas bem cultas e tranqüilas aqui distinguem com dificuldade entre greves



e revoltas"<sup>37</sup>. Tais sentimentos ecoavam no Fanfulla, que observou no caso da campanha para reduzir as tarifas alfandegárias sobre alimentos importados para assim reduzir o custo de vida: "a polícia de São Paulo adotou o sistema de ver em toda agitação operária 'uma ameaça à ordem' e para sentir-se segura, anula na prática o direito de reunião"<sup>38</sup>.

Menos do que uma indicação da ignorância ou de brutalidade gratuita por parte da polícia e daqueles que a controlavam, em muitos aspectos o comportamento que tais observadores disseram achar escandaloso ou simplesmente estúpido, representava ao contrário uma política de considerável lucidez. Dadas as condições do Brasil antes de 1917, e particularmente São Paulo, havia muito poucas alternativas imediatamente disponíveis, além da coerção aberta, como maneira de conter a classe operária. Para uma burguesia desprovida de outros mecanismos de dominação, senão a violência física, toda mobilização séria era na realidade, tal como Fanfulla relatou, "uma ameaça à ordem".

O poder político precário da burguesia paulista somente tinha paralelo em suas relações diretas com os operários. O nível de força arbitrária e de violência física no funcionamento cotidiano das fábricas muitas vezes levou os observadores a descrevê-las como locais de castigo e de confinamento. "As fábricas de tecido são verdadeiras prisões... A disciplina nas fábricas é férrea, feroz; nenhuma reclamação por parte dos operários é admitida. Os contra-mestres das fábricas de tecido são em geral verdadeiros esbirros, crudelíssimos com os trabalhadores..."<sup>39</sup>. Um outro jornal operário denunciava que "hoje as fábricas chegam a ser como galês e algumas piores"<sup>40</sup>. Avanti! dizia que as condições numa outra empresa lembravam "o regime da escravidão"<sup>41</sup>.

Ainda que uma certa quantidade de floreio retórico possa até estar presente em muitas dessas descrições, os casos específicos são geralmente muito pungentes e persuasivos: "nem ao menos se pode trocar uma palavra, assobiar, cantar, especialmente nas fábricas de Chapêus Abílio Soares e Cia (rua Direita)... os proprietários da fábrica mandaram uma carta aos muitos humildes lambe-cus, contra mestres da fúla e propriedade, recomendando-lhes severidade com os operários e imposição do silêncio, sob pena de forte multa pela primeira vez e de despedida depois"<sup>42</sup>. Relatos de violência física e abuso por proprietários e contra-mestres em relação a seus operários apareciam regularmente na imprensa operária do período<sup>43</sup>; uma das reivindicações dos grevistas na Companhia Nacional de Tecidos de Juta em 1919 era a de que as crianças não continuassem a ser espancadas<sup>44</sup>.

A questão da disciplina na fábrica é certamente complexa, e aqui não é a ocasião para se tentar desenvolver uma análise extensa. Deve ser notado, porém, que muito da intransigência patronal que caracterizava as relações de trabalho no início da industrialização pode ser atribuído às condições altamente competitivas que prevaleciam em muitos ramos da indústria onde, além disso, os salários representavam um fator importante nos custos da produção. Não somente a burguesia se mostrou incapaz de manter o controle ao nível da fábrica sem recorrer persistentemente à força física e a freqüentes demissões, mas era também geralmente incapaz de limitar a concorrência

entre as empresas.

Um importante aspecto da inabilidade da burguesia de São Paulo em assegurar sua hegemonia nos anos anteriores a 1917 pode ser encontrado na novidade da classe operária, assim como no fato de sua própria formação ser recente. Visto que uma parte substancial do proletariado tinha nascido no Exterior ou sido socializado numa outra cultura privou a burguesia no Brasil de muitas das sanções históricas disponíveis para grupos dominantes em outros países. Os imigrantes tinham escapado até certo ponto da influência dos padres, fazendeiros e policiais nos países de origem; o restabelecimento de padrões similares de controle no Brasil - clientelísticos ou de outro tipo - não ocorreu nem rápida nem facilmente. Além disso, o nacionalismo, num país onde tanto os operários como os proprietários eram muitas vezes estrangeiros, mostrou-se nesse período um instrumento bastante ambíguo e de limitado valor para conter os antagonismos de classe.

Nem o sistema legal nem o processo eleitoral serviram para legitimar a ordem que prevalecia na Primeira República. A dominação que se fundamenta tão pesadamente na força e na violência e goza de tão poucas outras sanções pode deixar os governantes vulneráveis a surpresas bem bruscas. As greves gerais que irromperam nas grandes cidades, entre 1917 e 1920, devem muito à conjuntura econômica específica desses anos, mas também serviram para indicar a inesperada fragilidade do controle exercido pela classe dominante.

Em São Paulo, uma greve numa fábrica têxtil, em julho de 1917, por salários mais altos, logo atingiu outras fábricas<sup>45</sup>. Quando a polícia matou um manifestante, a passagem de seu cortejo fúnebre pela cidade serviu para provocar uma greve em larga medida espontânea. Cerca de 45.000 pessoas pararam de trabalhar, as autoridades civis perderam o controle da cidade por vários dias, e diversos incidentes acenaram com a alarmante possibilidade de não se poder confiar na polícia e nas tropas para atirar nos grevistas. O movimento assegurou alguns ganhos, se espalhou para o interior do Estado, e ajudou a desencadear uma greve geral mais tarde no Rio de Janeiro. Operários no Rio conquistaram concessões e desencadearam um processo de sindicalização em vários setores. Não somente o Estado tinha sido tomado de surpresa pela amplitude das greves de julho, mas a subsequente expansão em larga escala da atividade sindical alarmou seriamente os empresários e seus aliados.

Em setembro de 1917, com o aparelho repressivo reforçado, a polícia começou a fechar os sindicatos e montou uma campanha intensa de prisões e deportações. Uma obscura conspiração anarquista no Rio de Janeiro em 1918 serviu para aumentar ainda mais a tensão, e o estado de sítio facilitou a perseguição do movimento operário. As greves em São Paulo e várias outras cidades durante 1919 foram enfrentadas com repressões cada vez mais eficazes.

Há pouca dúvida de que a classe dominante tenha sido profundamente abalada com isso. Ruy Barbosa ficou suficientemente alarmado para confidenciar ao ministro britânico sua preocupação quanto ao crescente descontentamento das classes trabalhistas nas grandes cidades "Ele atribuiu a insatisfação à difusão das doutrinas

identificadas com a denominação de bolchevismo que estavam sendo fomentadas e estimuladas por anarquistas estrangeiros e, a não ser que o movimento fosse controlado por mão forte, ele acreditava que tudo desembocaria numa aliança entre as classes trabalhadoras e as tropas que longe estavam de se achar disciplinadas, apesar das enormes somas gastas com o exército"<sup>46</sup>. O mesmo ministro britânico, ele próprio bastante alarmado em 1919 pela "difusão de doutrinas maximalistas", informou - aparentemente com toda seriedade - que a polícia tinha felizmente frustrado uma conspiração anarquista que "foi combinada com um complô com bombas de dinamite para saquear Petrópolis e raptar as donzelas pertencentes às melhores famílias educadas num colégio da cidade"<sup>47</sup>.

Em geral, as mobilizações operárias no período de 1917-1920 levaram o Estado e a burguesia a proporem algumas tímidas medidas na área da legislação social ao mesmo tempo que eles se esforçavam, com bem mais entusiasmo, a fortalecer e a modernizar os instrumentos de repressão. A Igreja, por exemplo, começou a se referir sistematicamente à "questão social" durante o começo dos anos 1920, estabelecendo uma série de publicações dirigidas aos operários e organizando uma Juventude Operária Católica, "onde os jovens operários aprendem a adquirir um modo de viver honesto e cristão"<sup>48</sup>. Na ausência de estudos detalhados da questão é difícil avaliar os efeitos de tais ensinamentos da Igreja como o seguinte: "o operário, principalmente o latifundiário, precisa de um exemplo eficaz de virtude e de trabalho. Nenhum mais apropriado do que o oferecido pela Sagrada Família - Jesus, Maria, José. Operários que foram eles, sempre resignados, dão à grande classe trabalhadora magnífico exemplo de conformação com a vontade da Providência, na dor e na alegria"<sup>49</sup>.

Algumas figuras da burguesia paulista investigaram outras técnicas. Roberto Simonsen, um engenheiro e mais tarde importante porta-voz dos interesses industriais, ficou profundamente alarmado pelos acontecimentos de 1917. Ele publicou em 1919 o que parece ter sido a primeira discussão mais aprofundada da "organização científica do trabalho" no Brasil, um panfleto intitulado O Trabalho Moderno. Simonsen esperava através da reorganização do processo de trabalho evitar o que ele classificava com considerável franqueza "guerra de classes". Ele argumentava, por exemplo, em favor do uso mais difundido de um sistema de pagamento de incentivos: "empele, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal-estar em conquistas políticas perturbadoras da produção". Simonsen argumentou que com um sistema de incentivos bem organizado "teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o diretamente na produção"<sup>50</sup>.

Quanto à difusão de tais sistemas nos anos 1920, é um tema que resta a ser estudado. Em 1931, um grupo de lideranças da burguesia de São Paulo organizou o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) cujas primeiras publicações incluíam, entre outras surpresas, descrições bastante entusiasmadas da União Soviética, cujas formas de organização do trabalho parecem ter atraído a admiração do IDORT. Certamente mudanças no processo de trabalho estavam se processando no Brasil, embora os detalhes não sejam claros; entre 1920 e 1940, conforme os censos daqueles anos, a for-

ça matriz por operário aumentou mais de 30 por cento<sup>51</sup>.

No final dos anos 20, o que poderia ser definido como a taylorização do lazer e da educação para os operários começou em larga escala. Organizações eclesiais, caridade particular, instituições recreativas financiadas pelas empresas e agências governamentais, (especialmente depois de 1930), todos procuravam impor uma dominação mais direta sobre a vida da classe operária fora da fábrica. A retórica era fundada na necessidade de organizar um "lazer mais saudável e produtivo" para os operários. Entre os efeitos que se buscavam com essas práticas, certamente o enfraquecimento das organizações autônomas da classe operária não era o menor<sup>52</sup>.

Apesar dos vários esforços feitos depois de 1917 para desenvolver novas formas de controle, o maior esforço da política burguesa era o de aperfeiçoar a eficácia da repressão. Em geral, seria possível argumentar que como resultado do crescimento da consciência da classe operária, os próprios empresários industriais de São Paulo desenvolveram uma autêntica consciência burguesa<sup>53</sup>. O caso do setor mais avançado, os empresários têxteis, é particularmente sugestivo a esse respeito. O Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem (CIFTA), a associação de classe da indústria têxtil, tentou durante os anos 1920 coordenar políticas e práticas entre as várias firmas. Nas circulares do CIFTA, a maior preocupação era o desenvolvimento de instrumentos eficientes de repressão. As circulares estão cheias de detalhes a respeito da manutenção de uma lista negra efetiva, instruções sobre cooperação mais eficiente com a polícia na prisão de agitadores suspeitos, planos para ação comum no caso de greves, e muito mais<sup>54</sup>.

Certamente o nível de repressão continuou a atrair a atenção de observadores estrangeiros raramente suspeitos de grandes simpatias em relação ao movimento operário. O cônsul de Mussolini em São Paulo escreveu em 1927 sobre a repressão absoluta por parte das autoridades brasileiras a qualquer tentativa de organização sindical mesmo a mais pacífica<sup>55</sup>. O adido militar dos Estados Unidos descreveu um comício nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1929, no qual dois líderes do partido comunista discursaram: "*A polícia do Rio nunca consegue lidar com essa situação com calma e moderação, e em consequência começaram espancando a torto e a direito e até mesmo usaram os revólveres, embora não houvesse nenhuma resistência séria por parte dos comunistas. Três homens foram mais tarde atendidos no pronto-socorro por ferimentos de pistola, e inúmeros outros foram machucados no seu confronto com a polícia... O comunismo não fez senão pouco progresso no Brasil e tem poucas perspectivas de se tornar uma força de algum significado. Seus membros aqui entendem muito pouco das doutrinas comunistas, mas querem somente protestar contra o governo*"<sup>56</sup>.

Em suma, enquanto o Estado e a burguesia procuram desenvolver meios adicionais de controlar a classe operária no decorrer dos anos 1920, em sua maior parte esses esforços ficaram pela metade. A repressão aberta, modernizada e intensificada, ainda servia como o principal instrumento para a manutenção de um regime cuja base social estreita e frágil legitimidade levaram à sua derrubada no meio da crise econômica de 1930. Em seguida à deposição do presidente Washington Luís por um movimento

militar sob a liderança de correntes dissidentes dos partidos políticos tradicionais, alarmados até certo ponto pela reaparição do movimento operário no final dos anos 1920, uma mudança significativa ocorreu na política do Estado no que diz respeito à legislação social. O governo provisório somente estava no poder há 23 dias quando criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O primeiro titular da pasta incorporou sob uma nova versão a negação da luta de classes, um tema constante no discurso político dominante da Primeira República: "Nem os operários nem os patrões têm o direito, por mais justos que sejam os seus interesses e reivindicações, de perder de vista a própria sorte do país, que é e que está em jogo e deve preocupar as atenções de todos nós... É tempo de substituírmos o velho e negativo conceito de lutas de classes pelo conceito novo, construtor orgânico, de colaboração de classes... Tanto o capital como o trabalho merecem e terão o amparo e a proteção do Governo"<sup>57</sup>.

Seguindo-se à criação do Ministério do Trabalho, "surgiram, numa formosa floração de benefícios legais, as medidas tutelares de proteção ao trabalhador": a lei de dois terços limitando a entrada dos operários estrangeiros e exigindo a nacionalização da força de trabalho nessa proporção, sindicalização oficial, férias pagas, limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino, fundos de aposentadoria e pensão, e o sistema de justiça trabalhista que previa uma forma de arbitragem compulsória sob o controle do governo. No final da década foram feitas as primeiras tentativas de implantar um salário mínimo<sup>58</sup>.

Entretanto, esses esforços feitos pelo Estado para ampliar seu repertório de intervenção nas relações trabalhistas, abrindo alternativas para a violência aberta, não foi compreendido imediatamente por importantes setores da burguesia, que resistiram firmemente a várias daquelas medidas. Entretanto, a burguesia logo descobriu as vantagens que puderam ser tiradas da legislação, especialmente no que diz respeito à estrutura oficial do sindicato, que exigia a supressão de um movimento operário autônomo e o desmantelamento daquelas associações e organizações operárias que conseguiram sobreviver nos anos 1930<sup>59</sup>. Os custos que a intervenção do Estado nas relações trabalhistas poderia ter implicado para a burguesia eram largamente compensados pelos benefícios derivados da dominação dos sindicatos. Além do mais, a legislação servia aos interesses a longo prazo do desenvolvimento capitalista no Brasil, não somente restringindo a concorrência entre as firmas, mas também, ao que parece, produzindo efeitos na redução da folha de salários<sup>60</sup>.

Os resultados das políticas do Estado ficaram claros até mesmo para observadores insuspeitos. Em 1936, o cônsul norte-americano no Rio considerava que um "nível de salários excessivamente baixo" estava até prejudicando a reprodução da força de trabalho. "Uma coisa é certa", ele escreveu, "os salários para os operários, particularmente fora dos centros urbanos, são salários de subsistência e não são suficientes para a compra das necessidades básicas"<sup>61</sup>. O adido militar dos Estados Unidos, em 1939, fez referência a membros da comissão que tinha definido os níveis do salário mínimo para informar que "um indivíduo solteiro poderia viver com dificuldade de com esse salário, mas é tido como inteiramente inadequado para um operário mesmo

com um dependente"<sup>62</sup>. Adolph Berle em 1945 pensava que os salários deveriam ser aumentados de 30 a 40% simplesmente para acompanhar a inflação, e até observou que boa parcela da indústria brasileira "poderia suportar amplamente o aumento"<sup>63</sup>.

Vários observadores notaram a clara colaboração entre o aparelho de Estado e os empresários. Hugh Gibson, o embaixador norte-americano, relatou em 1934 que o governo tinha "recentemente solicitado à direção da Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, para fornecer ao Ministério da Justiça uma lista com os nomes dos agitadores operários entre seus empregados, ou outros. Tão logo recebeu essa lista, o governo imediatamente prendeu cerca de trinta dos principais agitadores indicados, alguns dos quais foram deportados para colônias penais"<sup>64</sup>.

Um dos documentos mais instrutivos a respeito das relações entre o Estado e a burguesia industrial com respeito ao que era ainda chamado de "questão social", é uma carta particular de Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Brasileira das Indústrias, a Roberto Simonsen, à época presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. Lodi escreve (em janeiro de 1945): "Vamos, quanto à imprensa, adotar o processo que v. sugeriu em seu memorial, pois é muito mais prático. De fato, em vez de se montar um grande matutino na capital da república para defender a indústria, o melhor é subvencionar dois bons jornalistas, em cada jornal de maior tiragem e de mais elevada responsabilidade. A subvenção deve ser mensal e permanente para dar os resultados necessários". Depois de algumas considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelo regime de Vargas, Lodi observa que numa recente conversa com Coriolano de Goes, até recentemente chefe de polícia de Vargas e, em janeiro de 1945, diretor do Banco do Brasil, este lhe assegurou que o novo secretário da segurança tornaria o trabalho de controlar as fábricas ainda mais fácil. Lodi afirmava: "Convém espalhar o maior número possível de agentes secretos e tê-los nos estabelecimentos de maior número de trabalhadores. As instruções são sempre as mesmas: o agente se insinua nos meios operários, dizendo-se comunista, contra o governo. Depois, o trabalho é só de registrar os nomes dos elementos que os colocarão contra nós e contra o governo. O resto é com a polícia." Lodi então conclui com a seguinte observação: "Achamo-nos sobre um vulcão" e revelando extraordinária previsão: "Tudo poderá acontecer, até mesmo uma queda inesperada do governo."<sup>65</sup>.

Um dos mais importantes ministros do trabalho de Vargas, Salgado Filho, tinha antes ganho experiência na área das relações trabalhistas como funcionário de polícia. Em 1931, ele conseguiu alguma notoriedade, reprimindo uma marcha da fome; a imprensa informou que o futuro ministro dirigiu pessoalmente o policiamento nos principais pontos da cidade<sup>66</sup>. Eloy Chaves, "o pai da previdência social", tinha tido antes o encargo da brutal repressão durante e depois da greve geral de São Paulo em 1917<sup>67</sup>.

A relação entre a repressão policial e a aplicação da legislação trabalhista foi tratada no interior do aparelho de Estado, muito corretamente, como se fossem dois aspectos da mesma política. A insistência de Pierre Bourdieu em que a violence douce somente é efetiva com a existência da violence ouverte não seria propriamen

te uma revelação para as autoridades do regime de Vargas, cuja combinação entre os objetivos de bem estar e de polícia era algumas vezes tratada bastante explicitamente.<sup>68</sup> Em 1940, por exemplo, o chefe de polícia em São Paulo no seu relatório anual enfatizou a necessidade de uma maior cooperação entre o Departamento de Trabalho e a polícia, visto que "se exercem paralelamente as ações de cada um para a consecução do mesmo fim."<sup>69</sup>

Boa parte do movimento operário resistiu à implantação dos sindicatos oficiais o quanto pôde. As principais figuras do regime deixaram claro que a nova legislação trabalhista de nenhum modo impedia a ação da polícia contra mobilizações inaceitáveis da classe operária. A repressão de militantes se tornou bastante violenta e agressiva.<sup>70</sup> Em 1934, por exemplo, o adido militar dos Estados Unidos, depois de descrever o empastelamento de uma sede de sindicato pela polícia, observou que se tratava de "um exemplo típico do excesso policial. Não havia justificativa para isso, mas nada será apurado. No Brasil, certamente no Rio de Janeiro, só os simplórios apelam por proteção policial, a não ser se for proteção contra a polícia".<sup>71</sup>

As informações da imprensa do período deixam claro que a extensão da violência contra a resistência à legislação oficial se diferenciava em muito pouco da escala em que era praticada antes de 1930. Não havia limite efetivo para as atividades policiais: os operários eram assassinados, os comícios eram reprimidos, as sedes dos sindicatos eram invadidas, os operários eram presos e espancados.<sup>72</sup> Depois do fracassado putsch comunista de 1935, o rapto e a tortura foram institucionalizados.<sup>73</sup> A vigilância sobre os operários e militantes se tornou ainda mais completa nesse período do que havia sido nos anos 1920; a Divisão de Ordem Política e Social elaborava investigações minuciosas sobre as opiniões e filiações políticas de cidades inteiras.<sup>74</sup>

O regime também tentou criar outros instrumentos de controle, particularmente os ideológicos cuidadosamente orquestrados por propaganda. Um observador disse que o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) era "o mais poderoso instrumento político do regime, logo depois das forças armadas"<sup>75</sup>. A imagem do ditador como o grande benfeitor da classe operária, do "estadista incomparável que teve coração para sentir e remediar as necessidades dos fracos e infelizes", era elaborada em grande escala, a ponto de ser cuidadosamente coreografada em espetáculos que tinham lugar nos estádios esportivos no dia 19 de maio, largamente difundidos pelo rádio e pelo cinema.<sup>76</sup>

A legislação social e trabalhista pós 1930, imposta sobre setores da burguesia inicialmente opostos a eles, também serviu como importante apoio ideológico para a dominação burguesa. Não somente essas medidas eliminaram os sindicatos independentes, como se transformaram tacitamente em elementos-chave na construção ideológica de um Estado que existia acima das classes sociais. Até que ponto a autonomia relativa da lei, nessas circunstâncias, oferecia uma oportunidade para fazer avançar os interesses operários, ainda é uma questão em aberto.

Os grupos que dominaram a esquerda brasileira durante muitos anos argumentaram, e continuam a argumentar, que os benefícios da legislação social e traba

lhistas ultrapassam suas desvantagens. A estratégia dominante na esquerda brasileira dos anos quarenta até os anos sessenta era fazer avançar a qualquer custo o desenvolvimento industrial, para apressar desse modo "a revolução burguesa". Para essa estratégia, a legislação trabalhista dos anos 1930 servia muito bem. Durante quarenta anos ou mais, a historiografia brasileira tinha desenvolvido uma elaborada apologia da revolução de 1930 e das políticas trabalhistas, como uma grande conquista da classe operária. Os elementos corporativistas e a eliminação da luta autônoma da classe operária nunca foram considerados uma séria objeção. Criticar a legislação trabalhista e a estrutura por ela criada, que aqueles setores da esquerda procuraram influenciar e até controlar, teria colocado em risco a política de industrialização e enfraquecido a burguesia industrial. Até a derrota dessa estratégia em 1964 deixou a legislação trabalhista quase intacta, desde que essas leis provaram ser - com algumas mudanças de pessoal - um instrumento bastante eficiente para o novo regime. Uma indicação de extraordinária eficácia das leis trabalhistas da década de 1930 é o fato de que, cinquenta anos mais tarde, a questão central com que se defronta o movimento operário é saber se aquela legislação deve ser preservada ou abolida. A persistência e a versatilidade dessas leis certamente constituem um tipo de monumento em honra das modernas estratégias de controle sobre a classe operária.<sup>77</sup>

É nesse contexto específico de um forte aparelho de Estado, pondo em prática as políticas da burguesia industrial, que se deve entender o outro lado da luta de classes, e em particular a questão da prática política e consciência dos membros da classe operária.

Um obstáculo para a clara compreensão de uma parte da prática da classe operária tem sido a relutância aberta dos historiadores em levarem a sério as idéias do movimento operário. Com honrosas exceções, uma grande parte da bibliografia se dedica a conceder notas (geralmente de reprovação) pela correção ou incorreção de determinados projetos políticos. A passagem de Petrogrado para São Paulo pode ser brusca demais.

Em suas versões mais vulgares essa atitude leva, por exemplo, a uma automática desqualificação do anarco-sindicalismo, como uma "ideologia pequeno-burguesa". Por mais peso que esse tipo de acusação pudesse ter em atacar Proudhon ou Bakunin no período da Primeira Internacional, ela tem pouco a ver com o movimento anarco-sindicalista e a doutrina encontrada no Brasil e em outras partes da América Latina, durante o começo do século XX. No máximo se poderia argumentar que o anarco-sindicalismo representava a adaptação de certos princípios anarquistas às condições industriais. Quaisquer que fossem suas limitações, entretanto, o anarco-sindicalismo brasileiro era uma doutrina tanto proletária como revolucionária.<sup>78</sup>

Um estudo sério e pioneiro conclui, para se tomar um outro exemplo, por acusar os "anarco-sindicalistas (geralmente chamados de "anarquistas" no livro em questão) de não terem formado um partido"<sup>79</sup>. Desde que os militantes do período claramente entenderam essa possibilidade, poder-se-ia supor que suas razões para rejeitá-la deveriam ter merecido alguma consideração. Entretanto, a atitude acadêmica e nem



tanto acadêmica tem sido a de quase completo desprezo pelas idéias do movimento operário. Outro historiador, por exemplo, caracteriza os artigos na imprensa operária como "repetitivos" e "muitas vezes simplistas". *"Eles tinham pouco que pudesse atrair os intelectuais ou fascinar futuros historiadores pela elegância ou pela complexidade de seu argumento."*<sup>80</sup>

E não deixa de ser no mínimo intrigante ler um militante brasileiro em 1920 escrever *"É que o Estado soviético é produto de uma insurreição de socialistas avançados menos do que uma revolução"*. O autor, Antonio Correia da Silva, propõe ao contrário que *"há que organizar o proletariado em grandes organismos profissionais, abrangendo todos os ramos da atividade social, entre nós; conduzir a luta para o interior das fábricas e das oficinas, nas cidades, e diretamente nos campos, na época da colheita; provocar a organização de comissões internas naquelas e juntas agrárias nestes, para intervir na organização do trabalho, partindo sempre do ponto de vista coletivo, comum, ... esta é a verdadeira obra revolucionária"*. A revolução, em suma, dos operários organizados, "adestrados para assumir a direção da produção", que o autor argumenta deveria levar a resultados bem diferentes daqueles na Rússia. Mais adiante ele observa que *"a ditadura proletária que resultasse de uma revolução, ou melhor dito, de uma insurreição à mão armada - como aconselham os bolchevistas - seria mais violenta, rastreado pela tirania... a ditadura do proletariado deve ser, mesmo, do proletariado sobre os capitalistas e não de um partido sobre o proletariado, como foi acontecer na Rússia"*.<sup>81</sup>

A questão da consciência operária é, sem dúvida, extraordinariamente complicada, e nós somente podemos oferecer aqui algumas sugestões. A primeira é que se deve examinar observações sobre "apatia" e "fatalismo" com grande cuidado. Tais observações não são de modo algum restritas aos modernos acadêmicos, envolvidos em prêmios retrospectivos para "verdadeira" e "falsa" consciência determinada através da "prática teórica". Para tomar um exemplo de um famoso militante no começo do século XX, Gigi Damiani, escrevendo no *La Battaglia* de São Paulo, em 1912: *"No Brasil não há um proletariado que tenha dignidade de si mesmo; não há senão uma turba apática e vil que se embriaga em sua própria degradação"*.<sup>82</sup> Os sentimentos são ásperos, mas o tom não era raro. Apenas algumas semanas antes da greve geral de 1907 em São Paulo, os socialistas de *Avanti!* escreveram: *"O Avanti! que sempre foi o mais dedicado apóstolo da organização do proletariado, deplora a apatia, índice seguro da inconsciência, do egoísmo, ou da injustificada desconfiança, que reina soberana entre os trabalhadores de São Paulo e faz votos ardentíssimos para que os pedreiros - uma das classes mais atrozmente exploradas - sintam vergonha da sua indolência e acorram todos ao apelo de seus companheiros"*.<sup>83</sup>

O problema, como Juan Martinez Alier nos lembrou, é que não se pode simplesmente tomar a "apatia" como dada, ou como um fato da natureza, como ocorre por exemplo na sociologia de Juan Linz<sup>84</sup>. A "apatia" política, ao contrário, é geralmente uma condição induzida e mantida muito cuidadosamente em proveito da ordem dominante através do uso generalizado do medo.

No caso brasileiro - e sem dúvida em muitos outros - nós estamos lidando com o fenômeno que Martinez Alier chama de "dupla consciência". Nós não podemos dizer que os operários estão resignados em sua situação, enquanto não tiverem uma compreensão muito clara de sua condição, visto que eles a aceitam e não a aceitam ao mesmo tempo. Ainda que tenham uma compreensão clara de sua situação e até mesmo sobre suas causas, geralmente não se consideram fortes o bastante para mudá-la, e isto pode levar ao menos a uma aceitação aparente da ideologia da classe dominante. Mesmo que essa situação fosse certamente frustrante para militantes como Damiani, tem-se de reconhecer que ela pode ter sido sentida como muito aguda por parte dos operários. Os efeitos de sua profunda insatisfação dependiam em grande parte da força da repressão e da persistência do medo, que também podiam desaparecer do dia para a noite. Os operários criticados pelos editores de Avanti! e por Damiani, afinal, realizaram as greves gerais de São Paulo em 1907 e 1917.

Como La Guerra Sociale publicou logo depois da greve de 1917: "... o proletariado de São Paulo... encontrou na luta a consciência de si próprio... sua consciência era ontem embrionária, incerta, duvidosa; hoje essa é forte e consciente... A capacidade revolucionária do povo de São Paulo está hoje demonstrada. Nessa ninguém acreditava, ninguém esperava. Do governo aos subversivos, todos estavam convencidos de que desse amálgama de escória imigrante nada pudesse advir senão resignação, senão vileza."<sup>85</sup>

#### REFERÊNCIAS:

1. A discussão das dificuldades teóricas presentes em tais formulações nos levariam muito longe. Algumas das críticas mais pertinentes foram feitas por Cornelius Castoriadis. Ver especialmente sua coleção de artigos intitulada L'expérience du mouvement ouvrier, 2 vols. (Paris, 1974).
2. Para uma interpretação ao ponto de vista "patológico" com referência ao Brasil, ver Paulo Sérgio Pinheiro, "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão", Estudos Cebrap, 14, (1975).
3. Marcilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, Ideologia e Mobilização popular (São Paulo, 1978), 19-30.
4. Por exemplo, Rodney Anderson, Outcasts in their Own Land: Mexican Industrial Workers, 1906-1911 (Dekalb, Ill., 1976), 309, argumenta que as origens rurais recentes dos operários têxteis na área de Orizaba foram a razão de sua militância, que ele contrasta com o caso dos operários do Distrito Federal e Puebla, onde as fábricas poderiam obter uma "força de trabalho mais dócil, mais adaptada". Cf. Maria Bookchin, The Spanish Anarchists (New York, 1977), 70-71: "Foi precisamente o fluxo contínuo de Murcianos para a indústria catalã, a contínua ação fermentada

ra das classes em decomposição dos pueblos pré-industriais, que renovaram e fervor revolucionário do proletariado de Barcelona. Esse povo rural, desracizado de uma cultura e num modo de vida pré-capitalista, imbuído com valores, códigos e gestos completamente antitéticos à cultura debilitante das cidades, impediu os setores mais estáveis e cooptados da classe operária catalã de se instalar em formas sociais mais estáveis".

5. B. Fausto, A revolução de 1930, (São Paulo, 1970), 112. A tendência em anos recentes, além disso, foi mostrar que tais movimentos não são de modo algum "pré-políticos" como Hobsbawm usa o termo, nem "messiânicos" no sentido de irracionais. Ver, especialmente, Ralph della Cava, Miracle at Joazeiro (New York, 1970), and Douglas Teixeira Monteiro, Os errantes do novo século (São Paulo, 1974).
6. Ver, por exemplo, o relato feito pelo Chefe de Polícia de uma greve de colonos em Amparo, Tribuna Liberal, 11 de setembro de 1878.
7. A partir de 1913, os relatórios anuais do Patronato agrícola, publicados no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho e/ou nos Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo, geralmente dão os números das greves que chamaram sua atenção e às vezes alguma informação suplementar. Ver Verena Stoleke e Michael Hall, "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café," Revista Brasileira de História, 6, set. 1983: 80-120, e M. Hall and V. Stoleke, "Greves de colonos na Primeira República", Cedec, II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, mimeo (São Paulo, 1979).
8. Há um bom testemunho em Eugênio Bonardelli, Lo stato di S. Paulo del Brasile e l'emigrazione italiana (Turin, 1916). Nós também consultamos os números de abril-junho de La Barricata, Diário Popular, Fanzulla, O Estado de S. Paulo, e Germinal.
9. Antonio Correia da Silva, "O trabalhador agrícola em Pernambuco" Claridade, 1 (1 setembro 1921), 23.
10. La Battaglia, nº 354 (18 maio 1912). Há um exame estimulante da questão das "origens rurais" com respeito aos movimentos operários latino-americanos de Elizabeth Jelín, "Orientaciones e ideologías obreras en América Latina", in R. Katzman e J.L. Reyna (orgs.) Fuerza de trabajo y movimientos laborales en América Latina (México, 1979).
11. G. Demiani, I paesi nei quali non si deve emigrare. La questione sociale nel Brasile (Milão, 1920), pp.8,50.
12. Michael Hall, "Approaches to Immigration History", in Peter Smith and Richard Graham (orgs.) New Approaches to Latin American History (Austin, 1974) e M. Hall

- e P.S. Pinheiro, "Imigração e movimento operário in Brasile: un'interpretazione", in José Luiz del Roio (org.) Lavoratori in Brasile: imigrazione e industrializzazione nello stato di San Paolo (Milão, 1981).
13. Para um exame desta questão, ver Michael Hall, "Immigration and the Early São Paulo Working Class", Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, 12 (1975). Há um relato com boa percepção de desenvolvimentos posteriores pelo correspondente no Brasil do Bureau Internacional do Trabalho BIT (Genebra), Brasil, 1930, report nº 19, C2103/11.
  14. Il Pungolo, 1 maio 1909.
  15. E. Hobsbawm, Labouring Men (New York, 1967), 170.
  16. Chiara Vangelista, "Per una ricerca sul mercato del lavoro: la mobilità della manodopera in una filatura paulista", Nova Americana, 1 (1978).
  17. G. Scala in Avanti! 28 novembro 1914, reproduzido em P.S. Pinheiro e M. M. Hall (eds.) A Classe operária no Brasil: documentos (São Paulo, 1979-81), 1, 223-26).
  18. Uma argumentação que nos chama atenção como especialmente equivocada, é aquela de Julio Godio, da sua Historia del movimiento obrero latinoamericano (México, 1980) 1. Godio parece muito irritado pelo fato de os imigrantes não se haverem tornado uma "classe nacional" de modo que pudesse ter sido estabelecida uma "cultura nacional alternativa". Sua maior indignação, entretanto, é dedicada ao "cosmopolitismo anarco-sindicalista" e particularmente sua lamentável visão de que "la patria é uma idéia burguesa".
  19. Francisco de Oliveira, "A economia brasileira: crítica à razão dualista", Seleções Cebrap, 1 (1975).
  20. E. Castoriadis, L'institution imaginaire de la société (Paris, 1975), 41.
  21. Warren Dean, The industrialization of São Paulo, 1880-1945 (Austin, 1969), Eli Diniz, Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945 (Rio de Janeiro, 1978), Eli Diniz e Renato Raul Boschi, Empresário nacional e estado no Brasil (Rio de Janeiro, 1979), Marisa Saenz Leme, A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945 (Petrópolis, 1978). Uma exceção a esses comentários críticos é Angela Maria de Castro Gomes, Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937 (Rio de Janeiro, 1979).
  22. Avanti! 9 maio 1907
  23. Avanti! 7 maio 1907

24. A Terra Livre, 13 julho 1906. Algumas vezes a imprensa operária seguiu o tema com júbilo. Ver, por exemplo, o relato in: A Terra Livre, 1 julho 1907, descrevendo o intenso interesse pessoal com que Antonio Alvares Penteado, conde papal e magnata têxtil, tinha mostrado alguns anos antes na tortura de seus escravos. Ele parece ter fabricado os chicotes pessoalmente. (O documento também está reproduzido em Pinheiro e Hall, A classe operária, II, 168-171).
25. Fanfulla, 29 dezembro 1898.
26. Roma, Archivio del Ministero degli Affari Esteri, Serie Politica, Brasile 1896-1901, pacco 283. Antonelli ao Ministério, 22 maio 1899.
27. La Barricata, 15 janeiro 1913. O relato continua descrevendo o caso de um sapateiro que foi preso por razões desconhecidas e horrivelmente torturado por um longo período pela polícia. Ele foi então enviado para o Juqueri, onde o diretor o tinha recentemente liberado.
28. José Maria dos Santos, A política geral do Brasil (São Paulo, 1930), 414-415.
29. Fanfulla, 11 setembro 1904.
30. Fanfulla, 4 julho 1900.
31. Fanfulla, 10 janeiro 1901.
32. Boris Fausto, "Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1914)", in P.S. Pinheiro (org.) Crime, violência e poder (São Paulo, 1983), 197.
33. Alguns exemplos extraídos da imprensa operária: O Chapeleiro, 29 julho 1905; A Terra Livre, 15 agosto 1906; Lotta Proletaria, 28 novembro 1908; Avanti! 18 maio 1908 e 6 junho 1908; Guerra Sociale, 2 junho e 30 junho 1917.
34. Voz do Trabalhador, 8 junho 1915.
35. Ver Evaristo de Moraes Filho, Temas atuais de trabalho e previdência (São Paulo, 1975), 101-113.
36. Roma, Archivio Centrale dello Stato, Direzione Generale Pubblica Sicurezza, Ufficio Riservato (1879-1912), busta 13, fascicolo 41, sottofascicolo 13. Cesare Altia - Bronner a Luigi Bruno, 30 junho 1909. (Em Pinheiro e Hall, A classe operária, I, 109-14).
37. Roma, Archivio del Ministero degli Affari Esteri, Serie Politica 282, 21 outubro 1909.

38. Fanfulla, 22 abril 1913.
39. La Battaglia, 4 março 1906.
40. O Chapeleiro, 5 dezembro 1903.
41. Avanti!, 17 abril 1908.
42. O chapeleiro, 5 dezembro 1903.
43. Para alguns exemplos, ver: A Terra Livre, 24 março 1906; Luta proletária, 8 fevereiro 1908; Avanti!, 7 maio 1908, A Plebe, 26 abril 1919.
44. Combate, 5 julho 1919.
45. A greve geral de 1917 ainda espera seu historiador. Uma seleção de documentos muito informativa está em Yara Khoury, As greves de 1917 em São Paulo (São Paulo, 1981). Há um relato a respeito em Boris Fausto, Trabalho urbano e conflito social (São Paulo, 1976). Ver também Cristina Campos, O Sonhar Libertário, tese de mestrado, Unicamp, 1983.
46. Public Record Office, Londres, FO 371, 1919-1920, 3653, Peel a Balfour, 20 novembro 1918.
47. Public Record Office. FO 371, 1919-20, 3653, Peel a Curzon, 14 janeiro 1919. A ameaça se tornava ainda mais aterrorizante - senão até mais plausível - pelo fato de o governo e o corpo diplomático passarem o verão em Petrópolis.
48. O operário, 3 março 1928, citado por Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1927-1934, tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1983, p. 37.
49. Sociedade Anônima Scarpa, Lembrança do Cotunifício Scarpa e da sua organização na Vila Scarpa (São Paulo, s.d.), reproduzido in Pinheiro e Hall, A classe operária, 11, 214-219.
50. R. Simensen, O trabalho moderno (São Paulo, 1919), 38-39.
51. Brasil. Recenseamento geral do Brasil, 1940. III: Censos Econômicos, 145.
52. Sobre essa questão, ver a tese pioneira de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, citada na nota 48.
53. Essa questão ultrapassa os objetivos desse trabalho, mas parece que a pesquisa está tornando as interpretações convencionais na historiografia, que enfatizavam a fraqueza e a falta de consciência "correta" da burguesia, cada vez mais difícil

- de sustentar. Um estudo recente propôs que pelo menos no final dos anos 1920, a burguesia de São Paulo tinha desenvolvido seu próprio projeto hegemônico sob o nome de fordismo, racionalidade e nacionalismo. Ver Edgar de Decca, 1930: o silêncio dos vencidos (São Paulo, 1981).
54. Há uma seleção de circulares em Pinheiro e Hall, A classe operária, II, 194-212.
  55. Roma. Archivio Centrale dello Stato, C.P.C. Cerchiai Alessandro, 19 jan. 1927.
  56. Washington, US National Archives, Dept. of State, Lester Baker, "Communism in Brazil", 8 novembro 1929 (Microcopy 519, roll 8, frames 26-27).
  57. Discurso, 26 dezembro 1930, Arquivo Lindolfo Collor, citado por Rosa Maria Barbosa de Araújo, O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor (Rio, 1981), 89.
  58. A frase é do "Discurso do Ministro do Trabalho", Dr. Waldemar Falcão, saudando o Presidente Getúlio Vargas, em nome da massa trabalhadora, no dia 9 de novembro de 1940, na Esplanada do Castelo, in M.T.I.C., Dez anos de legislação Social, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1940, p. XI. Há também várias reflexões estimulantes sobre a legislação do trabalho nesse período: Kazumi Munakata, A legislação trabalhista no Brasil (São Paulo, 1982) é uma pequena introdução crítica. Evaristo de Moraes Filho, O problema do sindicato único no Brasil, 2a. ed. (São Paulo 1978) continua sendo o estudo clássico.
  59. Angela Maria Castro Gomes, op. cit.
  60. Esse é o argumento in Francisco de Oliveira, como citado na nota 19.
  61. USNA, 832.504/73, Harold B. Minor (Rio de Janeiro), "Digest of Brazilian Labor Legislation", 25 maio 1936, p. 35.
  62. USNA, 832.5041/28, L.G. Mitchell, "Comments on Current Events", 20 junho 1939.
  63. USNA, 832.5045/4-1245, Berle ao Secretário de Estado, 12 abril 1945.
  64. USNA, 832.504/63, Gibson ao Secretário de Estado, 19 abril 1934.
  65. USNA, 832.00/4-945. Como uma cópia chegou até a Embaixada norte-americana não está claro.
  66. A Pátria, 20 janeiro 1931.
  67. Hermes Pío Vieira, Eloy Chaves, precursor da previdência social no Brasil (Rio de Janeiro, 1978). O autor é muito pudico sobre o papel de Chaves em 1917. Esse está amplamente documentado em Yara Khoury, op. cit.

- P. Bourdieu, "Les modes de domination", Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1976, 122-132.
69. São Paulo, Polícia, Relatório, 1940, p. 60.
70. Ver Ricardo Antunes, Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil (São Paulo, 1982), 82-115, para uma reconstituição das lutas no começo dos anos 1930.
71. USNA, 832.504/65, Brown ao Departamento de Guerra, 11 outubro 1934.
72. Para um relato da repressão ver David Nasser, Falta alguém em Nuremberg (Rio de Janeiro, 1946).
73. Ver Reynaldo Pompeu de Campos, Repressão Judicial no Estado Novo (Rio de Janeiro, 1982), e Edgar Rodrigues, Novos Rumos: pesquisa social, 1922-1946 (Rio de Janeiro, s.d.), 353-369.
74. USNA, RG 59, 832.00/4280, inclui um relatório preparado pelo Dr. Lutgardes Poggi de Figueiredo sobre as condições de um certo número de cidades no vale do Paraíba, indicando "simpatizantes comunistas" e informação parecida para cada lugar, e nesse caso transmitido para o consulado norte-americano em São Paulo em 1942.
75. Karl Loewenstein, Brazil under Vargas (New York, 1941), 237-244.
76. Discurso do Ministro do Trabalho, Dr. Waldemar Falcão (...), op.cit. p. XII. Ver Fundação Cinemateca Brasileira, Cine Jornal Brasileiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1938-1946 (São Paulo, 1982).
77. Sobre essa questão no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980, ver John Humphrey, Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry. Princeton (1982). Sobre o pano de fundo histórico da relação da esquerda com a legislação do período de Vargas, ver Francisco Weffort, "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964", Revista de Cultura Contemporânea, 1:2 (1979).
78. Uma introdução poderiam ser as resoluções e discussões dos três congressos reproduzidos in Pinheiro e Hall, A Classe operária, I.
79. Boris Fausto. Trabalho urbano e conflito social (São Paulo, 1976), 246-247.
80. Sheldon L. Maram, "Anarcho-sindicalism in Brazil", Proceedings of the Pacific Coast Council on Latin American Studies, 4 (1975) 102. Certamente a ironia da frase sobre intelectuais e historiadores tem duplo sentido, foi omitida de uma versão posterior em português, embora as outras observações permaneçam. Maram, Anar



*quistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920* (Rio, 1979), 89. Para ser justo, deve ser registrado que esse não é o tem habitual do autor em seus trabalhos muito informativos sobre a história do movimento operário.

81. A. Correia, "Ditadura do Proletariado", *A Renovação*, 1:1 (16 dezembro 1920), 3.
82. *La Battaglia*, 13 abril 1912.
83. *Avanti!*, 4 abril 1907. Sobre a greve, ver Sílvia I.L. Magnani, "A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo", *Cara a Cara*, 1 (1978).
84. Juan Martínez Alier, "Notas sobre o franquismo". *Papers: Revista de Sociologia*, 8 (1978).
85. *La Guerra Sociale*, n. 55 (26 julho 1917). Grifo no original. Embora reconheçamos que o tema de "espontaneísmo" é real (ainda que talvez não especialmente relevante para o anarco-sindicalismo em São Paulo), leitores interessados devem ler D. Groh, "Base processes and the problem of organization", *Social History*, 4:2 (1979) especialmente p. 278: "...uma abordagem materialista do protesto social pode mostrar que ações supostamente "espontâneas" podem ser tudo menos ações eruptivas e não estruturadas de uma "massa" igualmente desestruturada. Precisamente no caso de greves que irrompem aparentemente sem nenhum aviso e, em termos tradicionais, "espontaneamente", nós conseguimos mostrar que a formulação estereotipada da imprensa sindical ou partidária - que a luta industrial "excluiu com a força dos elementos de um ato da natureza" - geralmente foi apenas uma racionalização de sua própria inabilidade em identificar os objetivos e as causas da ação... O mesmo se aplica ao "protesto social" e à "violência coletiva". Aqui também a erupção e o desenvolvimento dos incidentes não foram espontâneos no sentido burguês, habitualmente pejorativo, da palavra: irracional, eruptivo, descontrolado, irresponsável, etc... Para colocar em termos extremos: no nosso campo, a espontaneidade é na pior das hipóteses um mito burguês e na melhor má psicologia. Até que nós encontremos uma palavra melhor, preferimos falar em ações não organizadas do que em ações espontâneas, dirigindo nossa atenção para sua lógica específica - uma lógica que corre diretamente em oposição à lógica burguesa e habitualmente às racionalizações organizativas também".